



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA DE REUNIÃO DA CONATRAE

Data e Horário: 31 de julho de 2018

Local: Ministério de Direitos Humanos, localizado no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria Nacional de Cidadania/MDH – Brasília – Distrito Federal – 70308-200

Nome	Instituição
Herbert Borges Paes de Barros	SNC/MDH
Akemi Kamimura	DPDDH/SNC/MDH
Andreia Figueira Minduca	CGCTE/ DPDDH/SNC/MDH
Gabriel Zerbetto Vera	CGCTE/ DPDDH/SNC/MDH
Ronaldo Fleury	PGT/MPT
Débora Tito Farias	MPT
Claudio Secchin	SIT/MTb
Alessandra dos Santos Teixeira	DETRAE/SIT/MTb
Ariane Pereira Pasqua Melo	DETRAE/SIT/MTb
Luena Ferreira Xavier	DETRAE/SIT/MTb
Matheus Alves Viana	DETRAE/SIT/MTb
Maurício Krepsky Fagundes	DETRAE/SIT/MTb
Vera Lúcia Amorim Jatobá	SINAIT
Dalva Coatti	SINAIT
Carlos Fernando da Silva Filho	SINAIT
Elianildo Nascimento	SubDH/GDF
Vania Gomes Ataídes da Silva	CNA
Ana Maria Santos Fidelis	CNI
Janaína Costa de Oliveira Gadelha	DPF
Ana Carolina Alves Araújo Roman	MPF
Mario Luiz Guerreiro	AGU
Maria Cristina Rodrigues do Paraíso	SNAS/MDS
Luciano Maduro	SENARC/MDS
Ricardo Lourenço Filho	ANAMATRA
Myllena Calasans de Matos	FENATRAD
Amarildo Borges de Oliveira	COETRAE/MT
Demitri Nóbrega Cruz	COETRAE/CE

Marina Quadros Oliboni	COETRAE/CE
Joel Camargos	PRF
Fábio Francisco Esteves	AMB
Antônio Carlos de Mello Rosa	OIT
Juana Andrade de Lucini	OIT
Rogenir Almeida Santos Costa	CRS
Mércia Consolação Silva	InPacto
Maria Fernanda Jorquera Briceño	CONATRAP/MJ
Leonardo Moretti Sakamoto	Repórter Brasil
Raphael de Souza Lage Santoro Soares	DPU
Roberto Élito dos Reis Guimarães	SEAD
Humberto Adami Santos Júnior	CF/OAB
Ricardo Rezende Figueira	GPTEC/UFRJ

PAUTA

- 1) **Coordenação – Conatrae**
 - a. **Abertura**
 - b. **Aprovação da Ata de 17/05/2018**
 - c. **Calendário de Reuniões**
- 2) **15 Anos da Conatrae e apresentação do “Selo”**
- 3) **Apresentação do Relatório do GT de Trabalho Doméstico**
- 4) **Termo de Cooperação para disponibilidade de dados (MPF)**
- 5) **Necessidade de Concurso para Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)**
- 6) **Avanços do Movimento Ação Integrada (SINAIT)**
- 7) **Informes**
 - a. **GT de Ações Penais**
 - b. **PIS de resgatados indocumentados (MTb)**
 - c. **Seguro-desemprego de menores resgatados (MTb)**
 - d. **Encontro das COETRAEs**
 - e. **Outros Informes**

PONTOS DE PAUTA DA REUNIÃO

- 1) **Coordenação – Conatrae**
 - a. **Abertura**
 - b. **Aprovação da Ata de 17/05/2018**
 - c. **Calendário de Reuniões**

Herbert faz a abertura da Reunião e apresenta a pauta do encontro. **Ronaldo** (MPT) ressalta a importância do MPT na atuação contra o trabalho escravo, lembrando o número de trabalhadores resgatados ao longo dos anos e o fato do MPT ser criticado por candidatos à Presidência da República. Menciona a questão da Lista Suja e os desafios da temática, findando por parabenizar o aniversário de 15 anos da Conatrae.

Claudio (MTb) relembra o trabalho do antigo GERTRAF e a criação da Lista Suja, citando sua repercussão até mesmo no STF. Destaca a visibilidade do tema e a composição diversificada da Comissão. **Claudio** informa que não há uma estagnação nas fiscalizações ao trabalho escravo, como vem sendo aventado na mídia, há apenas uma restrição orçamentária geral na Esplanada.

Antonio (OIT) congratula a Conatrae por seu aniversário em nome do dirigente da Organização. Ressalta a importância da articulação entre as instituições para o combate ao trabalho escravo.

Leonardo (Repórter Brasil) relembra a importância dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 30 anos da Constituição Federal de 1988. Destaca que o Brasil é uma referência global no combate ao trabalho escravo, mas que é preciso cultivar a resistência em prol do tema por parte dos atores da Conatrae em face do atual contexto.

Ana Carolina (MPF) afirma que, a despeito do aniversário da Comissão, a Conatrae tem funcionado com dificuldade devido à existência apenas de uma chefia interina na CGCTE. Destaca também o impacto da diminuição das fiscalizações e corrobora a fala do **Leonardo** no dever da Comissão manter a resistência.

Ricardo (UFRJ) comenta que atualmente o tema do trabalho escravo tem parecido mais como uma política de governo do que com uma política de Estado. Cita as conquistas que foram alcançadas ao longo dos anos, embora o tema esteja enfraquecido no momento.

Mércia (InPacto) destaca a globalidade do tema do trabalho escravo e o fato que outros países têm avançado no combate. Afirma ser preciso inovar no âmbito da Conatrae para continuar o desenvolvimento dos trabalhos. Lamenta que há uma falta do debate sobre gênero e raça no âmbito da Comissão.

Maria Cristina (MDS) informa que o tema é muito importante para os atores da política de assistência social e parabeniza o aniversário da Comissão.

Ricardo (Anamatra) considera que é preciso que a Conatrae seja capaz de atuar acima dos interesses de grupos específicos, sejam representativos do governo ou de entidades privadas, em prol de um interesse público, além de assumir uma atuação independente. Também informa ser preciso uma maior articulação entre as instituições da Comissão para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo, além reverberar a importância de uma discussão sobre gênero e raça.

Humberto (CF/OAB) informa que no âmbito da OAB o tema avançou em todas as 27 Seccionais da Ordem no Brasil. Cita também ser preciso aumentar o enfoque da questão do gênero e raça no escopo do trabalho da Conatrae.

Rogenir (CRS) afirma que a Comissão tem um reconhecimento nacional e até mesmo internacional ao seu trabalho. Também menciona a importância de se abordar questões de gênero e raça no âmbito da Comissão. Informa sobre a filmagem de longa-metragem “Pureza”, que está em processo de produção, sobre o ato heroico de uma mãe que denunciou o trabalho escravo nos anos 1990.

Raphael (DPU) cita o papel da Defensoria no papel de defesa dos trabalhadores resgatados e parabeniza pelo aniversário da Conatrae.

Fábio (AMB) relembra a história de seu pai, que em 1978 foi submetido ao trabalho escravo no Paraguai e que conseguiu fugir de volta ao Brasil, vindo nos anos 1990 parar na periferia do MS. Destaca a importância do tema racial no trabalho da Comissão e as adversidades enfrentadas.

Myllena (Fenatrad) lembra que a Federação está há um ano participando de atividades da Conatrae, sendo a categoria dos trabalhadores domésticos uma das maiores do Brasil. Cita a conquista da lei que regulamentou o trabalho doméstico e a atuação de Laudelina de Campos Melo na fundação da primeira associação sobre o tema no Brasil.

Por meio de vídeo gravado previamente, Xavier (CPT) cita o trabalho junto a Nilmário Miranda para a instalação da Conatrae, o caso José Pereira e a sentença da Corte Interamericana exarada em 2017. Destaca a integração de esforços entre as instituições e o papel de diversos indivíduos que atuaram na política de enfrentamento ao trabalho escravo.

Mário (AGU) relembra os desafios da Portaria 540 e os questionamentos de legalidade à ela. Cita desafios enfrentados ao longo dos anos na defesa do tema e felicita a Comissão.

Maria Fernanda (MJ) parabenizou a Comissão e lembrou a data de 30/07 quando se celebrou o Dia Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Carlos (SINAIT) afirma que a Conatrae já foi mais contundente em sua atuação, exemplificando diversas ações e conquistas dos últimos anos, mas também lembrando de momentos tristes como a Chacina de Unai, os ataques do Congresso e do ex-ministro **Ronaldo** Nogueira ao trabalho de enfrentamento ao trabalho escravo e o assédio às instituições que atuam na fiscalização.

Herbert lembra a proposição da Carta de Compromisso apresentada aos candidatos à Presidência da República nos últimos anos. **Leonardo** toma a palavra e relembra que desde 2006 a Carta é apresentada em todas as eleições aos governantes e postulantes dos mais diversos posicionamentos ideológicos.

Herbert assevera a importância da continuidade da pauta do trabalho escravo ao longo de diferentes governos. O Secretário também cita o programa de Defensores de Direitos Humanos e o compromisso do Ministro Gustavo Rocha para com o tema. Por fim, cita o tema de empresas e Direitos Humanos, profundamente conectado ao problema do trabalho escravo, e o papel das empresas no enfrentamento a esse crime.

Janaína (DPF) congratula a Conatrae por seu aniversário, cita os ataques ao enfrentamento do trabalho escravo e a articulação entre entidades no compromisso para com o tema, a despeito da escassez de recursos.

Débora (MPT) informa que a pauta não está sendo prestigiada pela cúpula do governo, tendo se feito presente na Reunião apenas o PGT dentre as altas autoridades. Também destaca a importância do envio das cartas-compromisso aos candidatos à Presidência.

Roberto (SEAD) rememora os avanços da Conatrae ao longo dos anos e parabeniza o trabalho da Comissão.

Aprovação da ata: aprovado, e apenas a CNI fez uma sugestão de acréscimo a uma fala, remetida por e-mail à **Edilene**.

Herbert debate com o colegiado as datas das próximas reuniões da Conatrae. É acatada pelo pleno a sugestão de suspensão da Reunião 28/08 e mantida a reunião de 22/10 junto com o encontro científico. **Ricardo** (UFRJ) indaga sobre o local específico deste último encontro, que **Andréia** informa que há de ser definido ainda. Fica também mantida a reunião de 11/12, a última do ano. **Andréia** também relembra sobre o V Encontro Nacional das COETRAEs, entre 4 e 6 de setembro em Ilhéus/BA.

2) 15 Anos da Conatrae e apresentação do “Selo”

O Selo dos 15 anos da Conatrae é apresentado, explicado e todos os integrantes juntos tiram fotografias oficiais com a imagem em plano de fundo.

3) Apresentação do Relatório do GT de Trabalho Doméstico

Andréia inicia a apresentação do Relatório e passa a palavra a **Matheus**, que apresenta casos emblemáticos de trabalho escravo doméstico, como o resgate em Rubim/MG. Em seguida, **Myllena** apresenta o caso de Gabriela e após isso **Matheus** menciona a dívida histórica brasileira para com as trabalhadoras domésticas. **Matheus** informa sobre a prerrogativa dos auditores de ingresso em espaços públicos e privados onde haja relação de trabalho, sendo, no entanto, uma dificuldade o ingresso em residências. Também registra as dificuldades com o Sistema Auditor.

Matheus apresenta na sequência os indicadores colhidos pelo GT. **Mércia** menciona a questão cultural do preconceito racial, além do âmbito apenas das questões de Direito.

Raphael trata das questões legais relativas ao ingresso nas residências onde estão sendo mantidos os escravos domésticos, sendo preciso se pautar pela segurança jurídica. **Maria Cristina** apresenta as conclusões dentro do tema de Assistência Social, explicando também o funcionamento da proteção social básica e da proteção social especial. **Andréia** aborda a necessidade de integração em rede da política pública e **Matheus** explica ser crucial conhecer como funciona a rede.

Rogenir lembra da importante participação de Creuza da Fenatrad no GT e passa a apresentar o tema da Dimensão Cultural do Trabalho Doméstico como Servidão. **Andréia** prossegue relatando o desafio da ausência de dados sobre o tema do trabalho escravo doméstico.

Luciano assume a palavra em seguida para apresentar o Cadastro Único. **Andréia** retoma a apresentação do Relatório para tratar dos avanços do GT, demonstrar os pontos a serem observados e as propostas de iniciativas.

Humberto aponta para a necessidade de mudança na estratégia de sensibilização aos magistrados, propondo ao pleno da Conatrae que se passe a notificar cada corregedoria para que, por sua vez, admoestem os magistrados que deixem de cumprir para com suas obrigações de bem julgar casos de trabalho escravo. **Humberto** relembra a dívida brasileira com a escravidão negra e a ameaça de reversão das cotas raciais por parte de candidatos à Presidência da República.

Myllena chama atenção para a necessidade de abordar o trabalho escravo doméstico por classe social, gênero e raça, pois há grandes violações nesses casos e uma grande desumanização das trabalhadoras. Ela também sugere a inclusão de um recorte racial e psicológico nas situações de violência contra as trabalhadoras. **Myllena** aponta que os serviços sociais têm grande problema de funcionamento em rede.

Demitri também faz coro à necessidade de um recorte de gênero na política de enfrentamento ao trabalho escravo. Ele ressalta que a ampliação de direitos às trabalhadoras domésticas tem as auxiliado, mas ainda há uma diferenciação entre elas e as demais classes de trabalhadores. **Demitri** sugere uma reflexão maior sobre a integração do sistema sócio-assistencial e como há um número tão grande de famílias com parentes em trabalho escravo *versus* trabalhadores resgatados.

Mércia levanta questionamento sobre a efetividade da proposta de **Humberto** de se oficializar os magistrados. Trata também da constituição do SUS, à época da ditadura, e questiona ainda se não seria o momento certo de um sistema similar para a assistência social. Aborda ainda a necessidade da discussão na academia sobre os desafios dos direitos humanos.

Janaína indaga se foi analisado no Relatório o perfil de repressão criminal do trabalho escravo doméstico. **Andréia** afirma que não houve esse estudo, mas tal elemento pode ser incluído nas próximas reuniões, e **Janaína** menciona a questão dos mandados de busca para auxiliar os auditores fiscais.

Mércia sugere convidar à Conatrae para apresentação a organização CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), que poderia ser convidada a falar na Conatrae sobre as questões de recortes sociais. Também informa ser importante conhecer experiências sociais no âmbito local, como a iniciativa de Tião Rocha no Pará.

Rogenir destaca a necessidade de comparação dos dados do CadÚnico com os do Observatório Digital, pois são números muito discrepantes. Sobre a questão das campanhas de comunicação social, **Rogenir** sugere o aprofundamento no estudo sobre experiências como essas citadas pela **Mércia**, além de ser relevante abordar o espaço artístico para divulgação do tema.

Ricardo (UFRJ) volta a tratar da questão da sensibilização aos magistrados, citando o problema da má formação de juízes, como em situações específicas envolvendo a justiça interamericana. **Ricardo** discorre sobre a ótica de cada magistrado a partir de seu contexto e histórico pessoal. O professor cita de 1995 em diante houve uma migração da presença feminina para outras áreas laborais. Apenas recentemente se começou a se tratar do trabalho escravo urbano, a partir dos primeiros casos registrados nas cidades. Afirma também que os dados do CadÚnico sobre familiares de trabalhadores escravos podem estar coerentes, devido ao número de famílias que

se relacionem com cada trabalhador, mas ainda assim os números de escravos são incomensuráveis. O valor mais próximo possível talvez seja de um estudo da OIT no Maranhão.

Luciano indica que os números do CadÚnico se referem a famílias que autodeclararam que **tiVeram** um ou mais membros da mesma família que foram resgatados, não havendo uma contradição de números, mas apenas uma diferença de metodologia de aferição.

Maurício afirma que **Luciano** já recebeu a base que o Seguro-Desemprego lhe enviou, e o número de resgatados que não sejam pelos auditores seria ínfimo.

Raphael afirma que a sensibilização dos magistrados a que se referiu anteriormente é uma abordagem para esclarecer o juiz para a realidade do tema, pois a conscientização teria melhor efeito do que o embate com os magistrados.

Herbert afirma que podem ser adotadas diferentes estratégias de abordagem dos magistrados, a depender de cada caso. Indaga ainda o que poderia ser oficiado aos magistrados, pois esse tipo de comunicação é empregado pelo CNDH. O Secretário menciona que os colegiados têm um protocolo de atuação, sendo no caso envolvendo o tema da saúde a possibilidade da construção de um protocolo nesse sentido.

Débora acredita que a estratégia de abordagem aos juízes propostas por **Humberto** não é boa, ao menos no momento, embora seja cabível uma atuação dupla de sensibilização e comunicação direta aos magistrados. A Procuradora sugere a inclusão da Anamatra no GT de Trabalho Doméstico.

Andréia informa que a Anamatra já faz parte do GT de Trabalho Doméstico, mas vai reforçar a importância da associação fazer parte do grupo de trabalho. **Raphael** sugere também a participação do representante da AJUFE.

Rogenir relembrou que uma das conclusões do GT foi buscar parcerias com as escolas de magistratura para incluir temas relacionados ao trabalho escravo nas atividades. **Débora** informa que tal parceira começou dessa mesma maneira com a temática do trabalho infantil.

Vera registra seu elogio à discussão do trabalho escravo doméstico. Informa também que a estratégia de cobrança dos magistrados também não seria oportuna no momento, sendo preferível a sensibilização primeiramente.

Herbert resume os encaminhamentos com o convite à Ajufe para integrar o GT e com o convite ao CNJ no colegiado. **Vera** também põe a SINAIT à disposição do GT. Não há manifestação de discordância do pleno da Conatrae.

4) Termo de Cooperação para disponibilidade de dados (MPF)

Ana Carolina informa que o Termo de Cooperação surgiu no GT de Ações Penais com o objetivo de ser ter um acesso mais automatizado sobre os dados. Não houve uma abertura do TRF1 e do TRF4 para os dados e seria importante uma atuação da Conatrae junto ao CJF para solicitar tais informações. **Ana Carolina** lamenta a falta de magistrados representando o judiciário na Conatrae. **Ricardo** faz coro à palavra da Procuradora.

Leonardo sugere convidar como observador o CNJ, que criou um fórum de combate ao trabalho escravo. **Ana Carolina** crê ser possível o convite, sendo para a questão das ações penais ser suficiente a participação do CJF. **Ricardo** concorda com a indicação do CNJ devido à composição do Conselho. **Humberto** sugere enviar convites a todos os TRFs para alcançar diretamente os magistrados que lidam com o tema. **Ricardo** afirma que seria mais proveitosa uma interlocução com o CNJ.

Débora concorda que o CNJ seria o indicado ideal pois este faria a capilarização junto aos demais tribunais. **Humberto** mantém sua posição e afirma que a responsabilidade direta do magistrado tornaria importante o encaminhamento de um ofício a todos os desembargadores presidentes dos TRFs, uma vez que a responsabilidade por culpas e omissões está nas mãos dos juízes.

Débora relembra as oficinas da Conatrae feitas junto a magistrados trabalhistas, onde houve pouca adesão, sendo necessária cautela na abordagem aos juízes. **Débora** sugere a realização de oficinas junto à justiça federal.

Ana Carolina busca organizar a discussão sobre os dois temas. Primeiro, a busca de um acordo de cooperação para o compartilhamento de dados junto ao CJF, e segundo o convite ao CNJ para integrar a Conatrae. **Carlos** sugere buscar junto ao Ministro de Direitos Humanos se há viabilidade nessa iniciativa, sendo que **Herbert** informa que o colegiado da Conatrae teria prevalência na decisão de prosseguir com a parceria.

5) Necessidade de Concurso para Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)

Carlos lembra que a pauta é recorrente. O quadro de auditores no momento é de 2.300 ativos e 1.300 cargos vagos, conforme a necessidade estabelecida há décadas, mas atualmente o quantitativo já está defasado uma vez que seriam necessários 8000 cargos preenchidos no atual contexto brasileiro. O último concurso foi em 2013 e desde então foram ajuizadas três ações buscando a recomposição, todas fracassadas.

Há uma média de 160 aposentadorias de auditores por ano e a Reforma Trabalhista exigirá uma quantidade muito maior de auditores na ativa, porém há uma vedação na lei orçamentária de 2019 para concursos nessa área. Haveria um espaço residual no orçamento de 2018 para fazer um concurso, sendo preciso à Conatrae o emprego de sua influência para articular nesse sentido.

Carlos faz menção ao perfil do atual Ministro do Trabalho, integrante da chamada Bancada Ruralista, devendo ser de difícil cooperação para com o tema do trabalho escravo. Há um assédio aos auditores dentro do MTb, além de uma desconstrução do trabalho dos mesmos.

Andréia lembrou que o SINAIT ficou de encaminhar à Conatrae uma Nota Técnica a ser analisada, mas no entanto não chegou a ser enviada. Sugere a redação atual de uma Nota de Apoio. **Claudio** afirma ser importante diminuir o custo processual trabalhista e a necessidade de se evitar retrabalhos. Destaca a importância do papel do auditor-fiscal do trabalho e a situação de necessidade urgente de um novo concurso.

Vera relembra sua atuação de 43 anos como auditora-fiscal do trabalho, da primeira turma de concursados, assim como a evolução da carreira ao longo das décadas e as conquistas dessa atuação na realidade brasileira. Afirma que é indispensável o trabalho dos auditores em todos os segmentos da economia.

Mércia lembra da existência de um Decreto da era FHC sobre gênero e raça aplicável ao próximo concurso para auditores. Ela cita a importância de uma pedagogia que esclareça aos jovens sobre seus direitos.

Ricardo (Anamatra) cita a existência da iniciativa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), que é apresentado às crianças nas escolas, inclusive por meio de cartilhas.

Antônio destaca a implementação de iniciativas inovadoras como o Eneafro e a Escravo Nem Pensar, reverberando a importância de ações nesse sentido.

Débora sintetiza que será preciso encaminhamento de uma moção ao Ministério do Planejamento, ao Ministério do Trabalho e à Presidência da República.

Herbert apresenta a proposta de Nota da SINAIT. **Ricardo** (UFRJ) sugere citar a fonte do número de auditores necessários, sendo que **Mércia** também cita números da OIT para entrar na Nota. **Vera** menciona a previsão orçamentária de concurso para este ano ainda. O texto é aprovado por unanimidade.

6) Avanços do Movimento Ação Integrada (SINAIT)

Vera menciona o corte nesta mesma data de recursos para as viagens de auditores para fazer fiscalizações, além da possibilidade de redução do número de fiscais que podem participar de cada operação. Explica como nasceu o Movimento de Ação Integrada no Mato Grosso, criada no Estado em 2009. O MAI faz um trabalho não apenas de “dia seguinte”, mas também ações preventivas, e possui um instituto constituído formalmente.

Outro avanço é a agregação ao MAI novos parceiros institucionais, sendo eles a Anamatra, a DPU e a ANPT. As reuniões do Movimento são bimestrais e deixa em aberto o espaço para novos parceiros. **Mércia** sugere a apresentação das ações do MAI num próximo encontro. **Andréia** lembra que o MAI estará presente no V Encontro Nacional das COETRAEs.

Carlos registra os avanços do MAI no Mato Grosso e ressalta a importância do Movimento no âmbito nacional e em diversos Estados. Propõe ainda explicar em breve mais sobre o Movimento. **Demitri** informa que cada Estado tem um tipo de MAI com características diferentes. Recomenda um futuro auxílio da União para disseminação das boas práticas do MAI pelo Brasil.

7) Informes

- a. GT de Ações Penais
- b. PIS de resgatados indocumentados (MTb)
- c. Seguro-desemprego de menores resgatados (MTb)
- d. Encontro das COETRAEs
- e. Outros Informes

Andréia faz o informe sobre o V Encontro Nacional das COETRAEs, citando a limitação do número de participantes. O evento incluirá também o tema do tráfico de pessoas, com grande incidência em casos de trabalho escravo.

Amarildo anuncia que a Coetrae/MT retomou seus trabalhos depois de dois anos parada.

Herbert informa o nome do novo Coordenador-Geral da Conatrae, Dante Cassiano Viana, que deve se juntar à equipe em breve.

O Secretário registra ainda que houve uma reunião com o Ministro, sendo que **Maurício** relatou que o Ministro assumiu compromisso com temas como a Lista Suja e a indicação de um novo Coordenador-Geral.

Andréia lembra que o GT de Ações Penais tem forte embasamento no livro do Prof. **Carlos** Haddad, que fez um levantamento de ações penais envolvendo cerca de 300 trabalhadores resgatados em Minas Gerais. Também menciona a futura contratação de consultoria por MPF e OIT para levantamento de mais dados.

Maurício explica novamente sobre a questão do problema do PIS dos trabalhadores resgatados, sendo que após a reunião com a Caixa a questão foi solucionada. Há uma equipe na SIT que buscará agora a criação de uma aplicação para que o MTb possa continuar envolvido com esse fluxo junto à Caixa. **Maurício** destaca ainda a questão do seguro-desemprego aos menores resgatados, sendo que em 2017 a SIT fez uma nota técnica alegando ser legal a concessão desse benefício. No DOU de 27/06/2018 o MTb confirmou a decisão da Conjur, que deve ser atendida pelo Ministério de forma vinculante, garantindo o pagamento do benefício a todas as crianças encontradas em situação análoga à escravidão.

Raphael informa que o STF considera pacificamente que o menor de 16 anos que tenha trabalhado de forma irregular não pode ser prejudicado por uma norma que visa protegê-lo, sendo que o próprio defensor já ajuizou ação nesse sentido quando estava lotado em Mato Grosso. **Débora** considera que quando se chega na ponta o reconhecimento desse direito nunca vinha sendo aplicado, mas a jurisprudência do STF representa uma notícia positiva.

Herbert explica sobre a questão dos problemas de emissão de passagens aéreas em toda a Esplanada, o que é corroborado por **Maurício**, este explicando que as operações do Grupo Móvel estão sendo prejudicadas.

O Secretário declara a Reunião encerrada e **Andréia** relembra a todos a Reunião Extraordinária de 01/08, a partir das 09h30.